



ANGÉLO LUCAS / GLOBAL IMAGENS

Cientistas e centros de investigação, incluindo os de empresas, têm sido afogados em burocracia para concorrer a apoios europeus

Menor burocracia nos apoios à Ciência

Fraude e erro nos projectos com margens clarificadas

— **EDUARDA FERREIRA, EM BRUXELAS**
— eduarda.ferreira@jn.pt

Os apoios europeus a projectos de investigação vão ter regras mais simples, para evitar que os investigadores fiquem submersos pela burocracia e tenham mesmo de socorrer-se de empresas consultoras. Uma deputada portuguesa propôs o novo sistema.

“O sistema científico europeu tem de ser mais eficiente, a começar pelas regras de financiamento”, afirma Maria da Graça Carvalho. Esta deputada ao Parlamento Europeu (grupo do Partido Popular Europeu) foi a relatora de uma iniciativa que culminou em Bruxelas com votação expressa em 553 votos a favor, 12 contra e sete abstenções. O documento apresentado à sessão ple-

nária do PE contempla seis dezenas de medidas, parte das quais poderá já ser integrada na revisão intercalar do 7.º Programa-Quadro para a Ciência e Tecnologia na Europa.

Segundo Maria da Graça Carvalho afirmou, ao JN, “houve consenso difícil de conseguir” apenas por parte da Comissão de Controlo Orçamental do PE, mais preocupada com hipóteses de fraudes por parte de instituições, empre-

O actual programa europeu para a ciência, a decorrer até 2013, envolve 52 mil milhões de euros

sas ou cientistas e com o mero incumprimento de meandros burocráticos. Mas, acrescenta a deputada, “conseguimos o apoio do Conselho, sobretudo dos ministros das Finanças, que perceberam que a burocracia é tanta que se lhe perde o controlo”. Na sua perspectiva, há que distinguir entre fraude e erro. As novas regras incluem uma auditoria financeira única que acompanha todo o projecto de pesquisa. Garante a deputada que tal não abranda “a grande exigência face aos resultados” das pesquisas. Para a elaboração do relatório, a relatora endereçou oito mil pedidos de contributo e recebeu eco de investigadores, instituições, empresas e governos, incluindo o de Portugal. ■